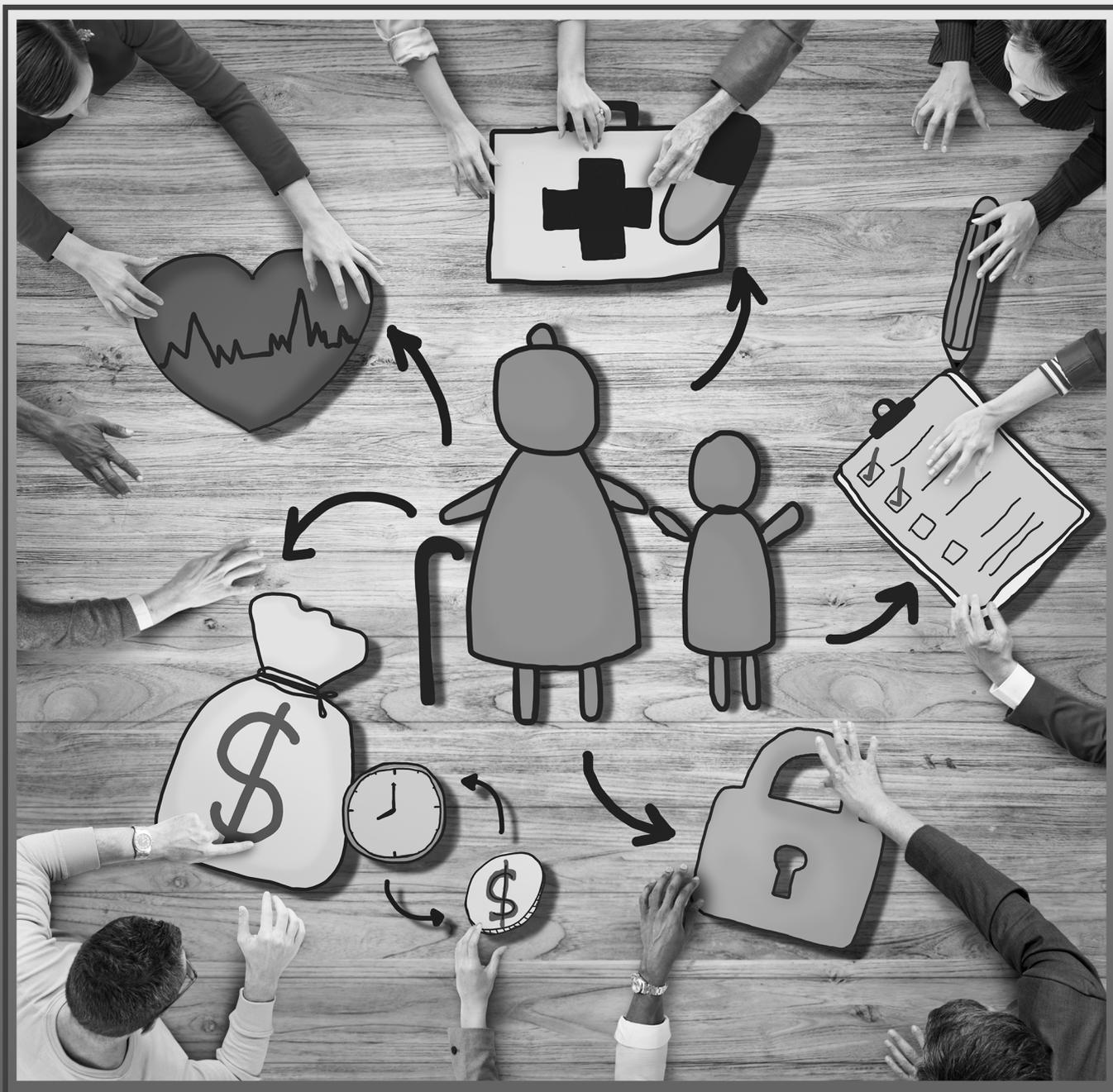




Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social
2**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-232-6 DOI 10.22533/at.ed.326202907</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 8 80

O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz
Maria Terezinha da Silva
Leylla Magna dos Santos Residente
Samantha Freitas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.3262029078

CAPÍTULO 9 89

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.3262029079

CAPÍTULO 10 98

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO

Milene Lúcia Santos
Andreia Agda Silva Honorato
John dos Santos da Silva
Maria Cristina Campos da Silva
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes
Rosineide Alves de Amarin

DOI 10.22533/at.ed.32620290710

CAPÍTULO 11 109

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

DOI 10.22533/at.ed.32620290711

CAPÍTULO 12 118

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Nívia Barreto dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.32620290712

CAPÍTULO 13 130

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Sueli do Nascimento
Julia Marinho Moreira da Silva
Vanessa Miranda Soares
Thais Carpinter de Souza
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho
Caroline de Carvalho Pinto
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto
Patrícia Bonfante Soares Freitas

DOI 10.22533/at.ed.32620290713

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomascheski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICESA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Thiago Bazi Brandão

<http://lattes.cnpq.br/4660893174768050>

RESUMO: Este texto analisa a trajetória de conquistas e violações dos direitos humanos, demonstrando os limites e possibilidades do atendimento as necessidades humanas. Apresenta breve histórico da trajetória de violação dos direitos humanos no Brasil, enfocando os processos sócio-históricos marcantes que contribuíram para a ocorrência de tais violações. Realiza a partir de análise documental levantamento sobre as violações dos direitos humanos na atualidade e assinala os desafios para o seu enfrentamento dado o contexto de restrição de gastos sociais e de direitos como desafios para a intervenção do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos, Violação dos Direitos Humanos, Brasil contemporâneo.

ABSTRACT: This text analyses the trajectory of conquests and violations of human rights demonstrating the limits and possibilities of meeting human needs. It presents a brief history

of a trajectory of human rights violations in Brasil focusing on the remarkable socio-historical processes that contributed to the occurrence of such violations. It carries out, based on documentary analysis, a survey of human rights violations today and points out the challenges to be faced given the context of restricted social spending and rights as challenges for the intervention of Social Work.

KEYWORDS: Humans Rights, Human Rights Violation, Contemporary Brazil

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir de estudos realizados em grupo de pesquisa de instituição de ensino que está investigando as principais violações dos direitos humanos nos últimos 4(quatro) anos no contexto do Brasil e também no Distrito Federal. O estudo foi realizado com base em pesquisas documentais dos relatórios produzidos nos últimos anos sobre o estado de Direitos Humanos no Brasil.

Para isso realizaremos uma análise teórico, histórica e conceitual do tema direitos humanos, em seguida analisaremos sua configuração na história do Brasil, para daí

analisarmos o estado atual das violações dos direitos humanos no Brasil

2 | DIREITOS HUMANOS EM ANÁLISE

A construção dos direitos humanos está relacionada a defesa do atendimento às necessidades de pessoas e grupos sociais prejudicados por relações de conflito, desigualdade, violência e opressão. Infere-se disso, que o tema das desigualdades sociais e de poder é central para o debate dos direitos humanos.

Em uma sociedade capitalista, o conflito habita o cerne das relações, tendo em vista, a existência de pressupostos materiais desiguais, isto é, a divisão desigual da propriedade, da terra e da renda. As disputas de classes sociais emergem desse fato histórico, que ao longo dos últimos três séculos têm gerado práticas atrozes de violência entre os seres humanos, como genocídios, a submissão coletiva de sujeitos a tortura, prisões arbitrárias, escravidão, guerras, dentre outros.

A crítica radical aos estudiosos e defensores dos direitos humanos refere-se a possibilidade ou não deste discurso e desta prática política conseguir ensejar mudanças nas estruturas produtivas em que se assentam o *modus vivendi* da população, ou seja, que possam contribuir com a redução da desigualdades sociais, econômicas e de poder fundadas na lógica capitalista. Isto é, a propalada emancipação política advinda da conquista dos direitos, não livraria o ser humano dos grilhões que o aprisionam na exploração do trabalho assalariado na sociedade capitalista. Tal dúvida vem sendo objeto de debate das Conferências de Direitos Humanos as quais tem buscado aproximar o cumprimento dos direitos sociais e econômicos com os direitos civis e políticos, contudo este desafio ainda é substantivo.

Cabe ressaltar, conforme Ruiz (2014), que a abordagem ou concepção adotada para estabelecer a definição dos direitos humanos tem gerado distorções, as quais permitem que Ditadores utilizem a perspectiva dos direitos humanos, para promover guerras, por exemplo. Por outro lado, utiliza-se o discurso dos direitos humanos para defender pessoas doentes, em situação de fragilidade, pobreza, entre outros. Esta apropriação dúbia tem retirado a credibilidade das ações no campo dos direitos humanos. Por isso, mais uma vez, é fundamental que estejamos atentos nas análises e no debate sobre os direitos humanos acerca do viés teórico-metodológico que referencia o olhar sobre o tema, pois este pode favorecer ou combater as violações de direitos humanos.

Observamos que é na modernidade em que se instaura o discurso de defesa dos direitos como forma de assegurar a ordem na sociedade burguesa, haja vista a existência da luta de classes. Dizemos com isso que os direitos humanos devem ser vistos na experiência sócio-histórica de lutas e apropriações de discursos e demandas sociais, políticas e econômicas.

Neste sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da

Organização das Nações Unidas é marcante neste processo, visto que sela um acordo entre a imensa maioria dos Estados em torno de princípios básicos de convivência e garantias também básicas para o cidadão viver, tais como os direitos a saúde, educação, assistência, trabalho, entre outros, frente aos descalabros do holocausto nazista e da II Guerra Mundial.

O caráter processual e histórico dos direitos humanos vem conjugado pelas lutas sociais pela defesa dos direitos que, vez por outra, encontram terreno fértil para se propagar e, às vezes, se deparam com resistências ideológicas e políticas.

Barroco (2010, p.56) acentua as contradições dos direitos humanos em uma sociedade burguesa, pontuando que:

1) Os DH se afirmam a partir da universalidade. A sua proposta se esbarra em limites estruturais da sociedade capitalista, uma sociedade que se reproduz através de divisões.

2) A sociedade burguesa é fundada na propriedade privada dos meios de produção, o que leva as Declarações de Direitos Humanos a incorporarem esse fundamento de modo contraditório. (...) Quando a propriedade privada é posta em risco, o Estado deve protegê-la dos não proprietários.

3) Porém, mesmo preso a interesses privados, o Estado não pode se restringir ao uso da força e da violência, por isso, para garantir a sua legitimidade e hegemonia, incorpora determinadas reivindicações das lutas populares por direitos.

Após 70 anos de consagração de um instrumento global de defesa dos direitos humanos observamos que sua concretização é um desafio, haja vista a não adesão de todos os países e também o questionamento dos países colonizados e de culturas da África, Ásia e da América Latina sobre o lugar de suas tradições e demandas sociais na formatação deste documento.

A experiência histórica dos Direitos Humanos nos mostra um processo não contíguo de lutas, conquistas, retrocessos, desafios e perspectivas de uma convivência humana justa e baseada na igualdade. Observamos nos estudos históricos a recorrente prática de violências, genocídios, dominação e submissão de pessoas, grupos e nações, oriundo de atitudes arbitrárias, guerras religiosas seculares, disputas econômicas destrutivas entre outras. A existência da miséria e da pobreza em diversos países do mundo é um indicador forte de que o disposto nas declarações dos direitos humanos não estão sendo cumpridos.

A identificação de valores que serviriam de parâmetro universal para a convivência harmônica entre os povos emerge em um contexto pós II Guerra Mundial quando a humanidade ainda estava chocada com o holocausto nazista. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consolidou os anseios por parâmetros básicos de relacionamento harmônico e justo entre os seres humanos.

Contudo, a Declaração é um ato com intenções que não tem o poder imediato de transformação das relações sociais, cultivadas há anos, de um modo violento, injusto e desigual. Em face disso, partimos da ideia de que os direitos humanos são construídos de

forma processual na materialidade da vida social. Em conformidade com Escrivão Filho e Souza Junior (2016) os direitos humanos emergem nas lutas de combate as opressões e contra as violações de direitos, ou seja, de processos sócio-históricos.

Isto implica conceber os direitos humanos na sua concretização a partir das lutas sociais para a sua efetivação em determinados contextos históricos. As relações sociais cotidianas no curso da história configuram a moldagem própria do que são os direitos humanos e neste ponto, que precisamos avançar, na sua efetivação.

Observamos que os direitos humanos enfrentam alguns dilemas, nos termos de Escrivão Filho e Souza Junior (2016), denominados de:

- o efeito encantatório ou ilusório, isto é, a distância real entre os direitos previstos e os direitos efetivados.
- o efeito imobilizante, que, faz daquele que luta por direitos um sujeito passivo e subserviente a lógica dominante assim que tem acesso ao direito.
- o efeito da ordem, ou seja, a crença no direito que existe apenas na letra da Lei.

A superação destes engodos é tarefa prioritária para se descortinar as possibilidades concretas dos direitos humanos. Importa destacar que os direitos humanos tem uma dimensão estatal dada pelos ordenamentos jurídicos, pelos equipamentos e serviços públicos. Tem também uma dimensão da sociedade civil que compreende o movimento em defesa das liberdades, das identidades e do bem-estar social, ao mesmo tempo, na luta contra desigualdades, dominações, opressões e discriminações.

Escrivão Filho e Souza Junior (2016) destacam algumas categorias analíticas no debate sobre os direitos humanos. Uma delas é a indivisibilidade, que significa que nenhum direito deve perder suas propriedades em razão de outro direito. Cada direito precisa ser resguardado e efetivado na sua forma original. A outra é interdependência, que compreende o vínculo orgânico entre direitos civis, políticos, sociais e econômicos para a devida efetivação dos direitos humanos. Assim sendo, temos os direitos humanos efetivados quando de forma conjugada são assegurados os direitos civis, políticos, sociais e econômicos.

Cumprе salientar que é na dinâmica da vida social que os direitos se estabelecem, assim vamos identificar processos de resistência e apoio aos direitos humanos, perfazendo um campo em disputa constante. Por exemplo, na década de 1960 os direitos civis e políticos receberam tratamento diferenciado no debate sobre a afirmação destes direitos em relação aos direitos sociais e econômicos. Isso demonstra a interferência dos processos sócio-históricos relativos a guerra fria na configuração dos Tratados Internacionais, posto que as nações capitalistas tendiam a defender mais os direitos civis e políticos, já as nações socialistas pendiam mais para os direitos sociais e econômicos.

Os direitos humanos inauguraram “no cenário internacional a noção de titularidade de direitos desde uma perspectiva supra estatal” (ESCRIVÃO FILHO e SOUZA JUNIOR, 2016: 55). Tais garantias conferem ao indivíduo, os grupos sociais e a sociedade civil

organizada maior poder de negociação junto à esfera estatal dominante. Assim, a Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados assegura que não serão aceitos tratamento violentos e nocivos as pessoas protegidas pelos Tratados Internacionais.

Em síntese, a construção dos direitos humanos perfaz a resultante de conflitos, lutas e garantias legais que consagram determinadas demandas da sociedade. Contudo, restam imensos desafios a concretização dos postulados legais de proteção aos direitos humanos que para serem satisfeitos dependem das lutas sociais.

3 | O HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Quando trafegamos pela experiência brasileira vamos identificar processos sócio-históricos marcantes que culminaram no formato atual da nossa sociedade. Percebemos que o fato de termos sido colonizados por Portugueses, de ter baseado sua economia na superexploração do trabalho escravo dos negros africanos, na extração de matérias-primas, da dependência do capital internacional e em um processo de colonização cultural calçado na classificação de raças e etnias, geramos uma sociedade injusta, desigual e violenta.

A experiência dos direitos humanos no Brasil vem associada as lutas por direitos ensejadas por escravos, índios e trabalhadores precarizados. Estas lutas tiveram avanços parciais, com a abolição da escravidão para os Negros, a suspensão do genocídio dos índios, e os direitos previdenciários dos trabalhadores. Conquanto, tais medidas foram acompanhadas por medidas governamentais drásticas de caça aos opositores, perseguições a lideranças socioculturais, matança de pessoas que fizeram a resistência, enfim de graves práticas de violação dos direitos humanos.

O suicídio de índios, nos séculos XV e XVI, e de negros quilombolas, nos séculos seguintes, revela o nível da situação vivida pelas pessoas que resistiam as arbitrariedades da colonização, do imperialismo e do capitalismo no Brasil.

O Estado adotou medidas legais pró Direitos Humanos apenas quando a população promoveu lutas e embates por direitos. Assim, a concepção que adotamos postula que os direitos humanos podem se materializar em estatutos legais, entretanto, sua essência está no conteúdo construído pela defesa dos seres humanos que viveram em condições adversas e passaram por conflitos para ter estas garantias legais.

Outro caso emblemático da história brasileira encontramos no século XX, especificamente no período da Ditadura Militar, em que as liberdades individuais foram proibidas, as forças de oposição reprimidas e a política econômica aplicada de modo autocrático e alinhado aos interesses capitalistas estadunidenses. A grande questão é que este regime provoca “um sistema de repressão que confunde disciplina e controle social em espaços públicos e privados indiscriminadamente, no campo e na cidade” (ESCRIVÃO FILHO e SOUZA JUNIOR, 2016, p.91). A maior parcela da sociedade fica

então submersa aos ditames dos grupos que dirigem a estrutura estatal.

O mais grave disso é que observamos entre 1950 e 1964 um processo de amadurecimento democrático no país, que caminhava para o rompimento de práticas de exclusão e violação de direitos secularmente implantadas, de modo que trabalhadores urbanos, rurais, forças políticas de esquerda e movimentos sociais cultivavam ações democratizadoras.

O encontro entre as perspectivas dissonantes resultou em confronto, desta vez de caráter bélico militar. A força racional legal dos Atos Institucionais deu crédito para o poder Executivo adotar medidas arbitrárias de controle do poder judiciário e legislativo, limando assim os possíveis apoios dos grupos de resistência. Registra-se que até a igreja católica não passou ilesa em meio este contexto, teve padres e missionários perseguidos e torturados. Tais conteúdos foram apenas recentemente resgatados pelas Comissões de Verdade que trouxeram a baila os episódios de repressão e investigação incessante de pessoas que pudessem representar alguma oposição ao regime militar.

Na Ditadura Militar o Estado brasileiro retrocede ao Estado absolutista em que o Monarca poderia mandar prender arbitrariamente e poderia até mandar matar. Constatamos com a divulgação de documentos apresentados pela CIA em 2018 que o General Geisel, então Presidente do Brasil, aparece como um dos responsáveis por pedir o assassinato pessoas que eram contrárias a Ditadura. O atraso no respeito aos Direitos Humanos no Brasil, vivido nas décadas de 1960 a 1980, deixaram marcas na formação do povo brasileiro. A população campestre parece ter sido esquecida dos relatórios de denúncia às violações de Direitos Humanos, como nos diz Escrivão Filho e Souza Junior (2016), assim como indígenas e comunidades tradicionais, que gozam no sistema de castas brasileiro de acesso a menos direitos.

As populações das periferias que resistem ao desemprego, as precárias condições de trabalho e demandam melhores condições de vida, o incremento no acesso a serviços de saúde, educação e benefícios assistenciais são alvo de processos de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. A população carcerária no Brasil revela o quanto o cidadão de baixa renda, negro e de periferia das cidades é alvo da violência e das penalizações estatais.

Isto é, vivemos os resquícios da Ditadura Militar, espelhado em práticas violentas cometidas por agentes públicos, em frágeis políticas públicas de promoção da cidadania e forte criminalização das forças de resistência.

É neste sentido que temos buscado fora do Brasil apoio para demandas sociais reprimidas há décadas, de modo a permitir o resgate da cidadania da maior parte dos brasileiros.

O Sistema Interamericano de Direitos emerge neste contexto com a tarefa de promover “uma cultura jurídica e política de reparação às vítimas pautada, sobretudo, por medidas de indenização, reabilitação, satisfação do sofrimento, e garantias de não

repetição das violações” (ESCRIVÃO FILHO e SOUZA JUNIOR, 2016, p.71).

É neste sentido que se fala de processos de justiça de transição (TOSI, 2014) como mecanismo compensador das experiências admoestadoras vividas pelas pessoas e como estratégia de superação de práticas e instituições que ainda guardam modelos autocráticos de exercício. Por isso, que é importante assinalar os conteúdos históricos das violações dos direitos humanos a fim de afirmar novas construções de políticas e serviços públicos no Brasil.

Os processos de massacre e resistência dos trabalhadores e da população excluída no Brasil tem um capítulo a parte com as conquistas da Constituição de 1988. Os avanços dos direitos sociais, para trabalhadores urbanos e rurais, da Seguridade Social, Saúde e Educação denotam um esforço de minorar os efeitos das desigualdades sociais. Contudo, nos últimos 30 anos temos vivido um campo de disputas jurídicas e orçamentárias para a concretização dos direitos dispostos nas normativas. O citado embate ganhou tonalidades distintas a depender da orientação dos governos que dirigiram o país na nova democracia. Entre os Governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer e de outro modo os Governos Lula e Dilma observamos um peso maior dado as políticas sociais nos Governos do Partidos dos Trabalhadores que tentaram dar seguimento as conquistas sociais da Constituição de 1988, ao passo que os Governos Fernando Henrique e Michel Temer procuraram de forma mudar os dispositivos constitucionais numa perspectiva de menor participação do Estado na redistribuição do fundo público para as populações historicamente excluídas.

4 | AS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL – 2016 A 2018

Com o objetivo de se aproximar do nosso objeto de estudo vamos iniciar a análise das principais violações de direitos humanos ocorridas no Brasil contemporâneo, dando destaque para o período de 2016 a 2018.

Partimos da análise documental dos relatórios emitidos pela Anistia Internacional “Relatório do Estado dos Direitos Humanos no Mundo – 2017”, do Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, “Direitos Humanos no Brasil em 2017”, no Relatório de 2017 do Instituto Sou da Paz, do documento de Revisão Periódica Universal da ONU (2017) com as recomendações para o Brasil no campo dos Direitos de Humanos e nas Observações preliminares da visita *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao Brasil em 2018.

Começamos registrando que o Brasil tem um baixo índice de desenvolvimento humano (79º lugar) considerando sua posição como 9ª riqueza do mundo e que no campo da educação também só ocupa o penúltimo lugar entre quarenta países pesquisados pelo Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais(FATORELLI, 2017).

No documento oficial de avaliação dos avanços e limites dos direitos humanos no

Brasil, datado de 2017, observamos que o Governo aponta que nesta última Revisão Periódica Universal (RPU) procurou fortalecer a democratização a partir do envolvimento de todos os Estados da Federação, assim como dos respectivos Conselhos de Direitos Humanos, de modo a captar informações mais verossímeis sobre os desafios de concretizar os direitos humanos em diferentes regiões do Brasil.

O relatório do RPU (2017) demonstra que o Brasil caminha na perspectiva do disposto nas principais Convenções Internacionais, haja visto o disposto na sua Constituição de 1988 e o proposto no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3. Contudo, o que vamos observar a partir de 2016 é que o Governo Temer simplesmente vem construindo estratégias político-econômicas contrárias aos direitos previstos nesta Constituição, vide a Emenda Constitucional 95/2016 que prevê limites e restrições aos gastos públicos e sociais e a Proposta de Emenda Constitucional 287/2016 que prevê a redução de direitos no campo da previdência social.

Os dados das melhorias dos indicadores de redução das desigualdades assinalam um período em que o Governo brasileiro vinha, desde 2004 pelo menos, incrementando o gasto social com as políticas de assistência social, habitação, saúde e educação, além de priorizar programas de universalização do acesso a energia elétrica e ao saneamento básico. Contudo, os esforços somados nos últimos 14 anos podem ser descartados em razão de políticas de caráter neoliberal que visam conter o gasto social, fator determinante para a redução das desigualdades, que se acrescido de políticas de justiça tributária poderiam continuar a caminhada na direção da redução das desigualdades sociais.

O relatório do RPU (2017) salienta também as ações realizadas pelo governo brasileiro desde 2012 para enfrentar o problema da escravidão, dando destaque as medidas de transferência de renda, inserção no mercado de trabalho e acesso a bens e serviços sociais e para a emenda constitucional n. 81/2016 que indica a possibilidade de expropriação das terras onde for consignado que aconteceu o trabalho escravo. Conquanto, em 2017, vimos o Governo Temer realizar uma empreitada que visava reduzir as competências dos auditores fiscais de trabalho e reclassificar o conceito de trabalho escravo, abrindo margens para a superexploração do trabalho. A citada medida estava na Portaria do 1.129/2017 do Ministério do Trabalho que depois viria a ser revogada.

Ressaltamos, conforme nossa perspectiva teórico-metodológica que é nesta trajetória de avanços e retrocessos que os direitos humanos vão sendo concretizados no Brasil.

No campo do atendimento as necessidades humanas das pessoas com deficiência, dos idosos, do enfrentamento a violência contra a mulher, de promoção da igualdade racial, da população indígena, dos refugiados, dos migrantes, observamos que o Governo brasileiro empreendeu políticas públicas, que para a sua continuidade, precisam de equipes especializadas e de recursos orçamentárias. O mesmo vale para as medidas de acesso ao sistema de justiça, como a autonomia administrativa e financeira conquistada pela Defensoria Pública da União, que para a melhoria do seu trabalho precisa ter um

sucessivo aumento do aporte dos seus recursos. Este é o desafio para o atendimento dos diversos segmentos em situação de vulnerabilidade, a definição de uma parcela do fundo público suficiente para responder as demandas sociais.

No tocante ao sistema penitenciário, que tem o seu contingente em franco crescimento, observa-se um movimento punitivista que se inicia na legislação, se dissemina nas práticas repressivas e muitas vezes abusivas da polícia e culmina no sistema de justiça, em geral, moroso na andamento das sentenças e no seu cumprimento. Observamos, destarte, o desafio que vem assumindo o Governo de criar medidas de prevenção a práticas de crime, de promover penas alternativas e de fortalecer a justiça restaurativa. Registra-se, conforme o relato da visita da CIDH que o Brasil é o quarto país com a maior população carcerária do mundo, com um total de 726.712 pessoas privadas de liberdade em 2016, relata uma taxa de 197,4% de superlotação e entre 2000 e 2016, sendo que sua população aumentou em 212%.

A garantia da realização das audiências de custódia para se verificar se o cidadão precisa continuar preso e se foi vítima de maus tratos e tortura é um avanço que precisa ser expandido para outras perspectivas. Outra desafio do sistema penitenciário é promover a educação e o acesso ao trabalho as pessoas reclusas, pois até 20% destas pessoas tem acesso a estas políticas, o que vai de encontro a Lei de Execução Penais e a ideia das penitenciárias como locais de ressocialização dos indivíduos.

No campo da criança e do adolescente o Governo observa a necessidade de manter medidas de combate ao trabalho infantil, ainda presentes, de mobilizar esforços para assegurar a integração do Sinase e a rede de proteção social. Assim como, busca desenvolver ações para o registro de nascimentos, especialmente das populações indígenas, em situação de rua e em vulnerabilidade.

Na política de saúde, que no Brasil é consagrada com o Sistema Único de Saúde (SUS), o Governo brasileiro identifica por meio do seu Tribunal de Contas da União (TCU) que existe carência de profissionais e de infra-estrutura o que prejudica a cobertura e a qualidade do atendimento. No rastro desta análise, observamos que a transfência do fundo público para a área de saúde é urgente no sentido de manter esta política fundamental, universal.

No que se refere a política de educação o RPU (2017) observa que o nível de aprendizado dos estudantes brasileiros é inferior em Matemática, Ciências e Leitura. Por isso, o Governo junta esforços para fortalecer a educação básica, com foco no ensino médio, muito abaixo dos padrões internacionais.

Em relação ao meio ambiente, observa-se no RPU (2017) que o Governo assumiu compromissos com a redução do desmatamento e com a redução da emissão de carbono. No entanto, enfrenta desafios para o alcance destas metas. O Relatório aponta ainda o caso de “Mariana” como um desastre ambiental que ainda precisa ser superado.

O RPU (2017) destaca o protagonismo do Conselho Nacional de Direitos Humanos

na defesa dos direitos, especialmente de familiares de pessoas que faleceram na luta pela defesa dos direitos humanos, protegendo pessoas ameaçadas de morte, e mediando conflitos, principalmente, nas disputas por território no campo e dos povos indígenas. Demonstra que atuou desde 2012 em mais de 500 casos dos programas de proteção aos direitos humanos, com destaque para violações no seguintes campos: direito a terra, populações indígenas, comunidades quilombolas e meio ambiente.

No entanto o relatório aponta a necessidade de o Governo assegurar a continuidade da execução orçamentária das ações dos Programas de Proteção, incluindo-os nos Planos Plurianuais. Este alerta demonstra a necessidade de o governo brasileiro alinhar a sua gestão orçamentária às demandas das ações no campo dos direitos humanos, com vistas a evitar a descontinuidade dos serviços.

O relatório registra que curiosamente o Brasil ainda está examinando se aceitará o Protocolo Facultativo do Pacto pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A não recepção deste protocolo em um país que convive com uma enorme desigualdade social é revelador da presença de interesses de rentabilidade econômica das grandes corporações na agenda governamental em detrimento do atendimento às necessidades humanas.

O RPU (2017) assinala que no marco legal avançou ao criar dispositivos de controle social e transparência pública, a saber: Sistema Nacional de Indicadores dos Direitos Humanos, Informes sobre a Violência contra a Mulher, Sistema Nacional de Informação de Seguridade Pública, Prisão e Drogas e o Pacto Universitário Nacional.

Em síntese, o que vemos nos documentos é que o discurso pró direitos humanos perante as Nações Unidas e a prática violadora cotidiana do Governo se contradizem, denotando assim a necessidade de darmos vazão as necessidades humanas não satisfeitas, via publicações, estudos e manifestações sociais.

O Governo brasileiro seguindo a agenda de transferência dos recursos públicos para o pagamento dos juros da dívida pública, especialmente para bancos e investidores, tenta engendrar uma nova reforma da Previdência Social, que penalizaria apenas o trabalhador, pois teria de ficar mais tempo no mercado de trabalho para conseguir se aposentar. Esquecem-se os arautos das reformas, que a previdência social está na base da formação das organizações dos trabalhadores. Lembremos que devido as péssimas condições de trabalho nas indústrias e carvoarias milhares de trabalhadores se acidentavam e não tinham como sobreviver, assim como os trabalhadores mais idosos. Foi então neste impulso solidário que constituíram fundos para garantir os meios de sobrevivência destes que tinham necessidades humanas não satisfeitas. Em seguida, após travarem diferentes lutas conquistaram a contribuição do empregador e depois do Estado para financiar este direito, a previdência, que é o sustentáculo da força de trabalho. Em face disso, observamos que medidas como essa presente na PEC 287/2016 afrontam um dos núcleos fundamentais dos direitos humanos, qual seja a previdência social.

No outro pólo emerge o movimento social que visa instaurar a Auditoria Cidadã

da Dívida de modo a compreender os rumos que os recursos públicos têm seguido no pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Sendo assim, nestes caminhos e contra fluxos percebemos o campo tensionado da luta e defesa dos direitos humanos.

Ademais, observamos uma tendência de marcar nestes documentos de análise dos direitos humanos no país as mudanças políticas ocorridas no Brasil, tendo em vista o impedimento da presidenta Dilma Roussef. As mudanças legislativas decorrentes da agenda governamental do Presidente Michel Temer, assim como do recém empossado Governo Bolsonaro seguem a perspectiva da redução das funções do Estado, bem como do gasto público.

Assim, a primeira medida de impacto na realização dos direitos humanos foi a Emenda Constitucional n.95/2016 que limitou aumento do gasto público e social aos índices de inflação do ano anterior. O impacto desta medida pode ser visto na impossibilidade do alcance da universalização dos direitos, ou simplesmente da ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde, assistência, educação, entre outros. O pressuposto para a garantia dos direitos humanos da interdependência e da indivisibilidade dos direitos é duramente atacado com tal medida, visto que com a restrição orçamentária o Governo passa a ter de priorizar algumas áreas em prejuízo de outras. Estabelece-se desta forma uma violação de direitos, que é a restrição do acesso aos direitos fundamentais.

Adiciona-se a isso as reformas geradas na legislação trabalhista decorrentes da aprovação da Lei da Terceirização Irrestrita (Lei 13.429/2017) e da Lei da mudança das regras da CLT (Lei 13.467 de junho de 2017). Ambas provocam o aumento do poder de barganha do capital frente ao trabalho, individualizando os contratos e reduzindo o espaço da intervenção sindical. Essas medidas podem gerar o aumento da rotatividade dos trabalhadores e a busca pela informalidade. Em síntese, o que decorre destas mudanças legislativas é a redução do direitos sociais, ou seja, mais uma violação dos direitos humanos (DELGADO, 2017).

No mundo agrário são criados mecanismos para a redução do poder de fiscalização e intervenção de agências estatais como o Incra, a Funai, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (DELGADO, 2017, p.24) e também medidas que reduzem o lugar do pequeno agricultor:

1 – o ataque aos territórios dos assentamentos agrários em todo o Brasil, para efeito de colocação no mercado de terras desses espaços, para o que se concede a titularidade individual à base de 10% do valor de venda da terra;

2 – na Amazônia Legal, reeditam-se regras de legislação permissivas à grilagem, editadas ainda em 2008, legalizando grandes áreas públicas invadidas, mediante idênticos expedientes de “venda” a preços irrisórios e sem conexão com a reforma agrária

Soma-se a isso recursos judiciais realizados que visam criar oportunidades de reduzir o espaço assegurado aos indígenas. Nesta direção são implementadas as medidas politico-legislativas-juridicas que destoam dos preceitos dos direitos humanos, especialmente das

populações historicamente prejudicadas pela ordem colonial e capitalista.

As tensões emergentes destas medidas transpareceram nas manifestações populares, nos dias de greve geral, os quais tiveram como resultado o uso abusivo das forças policiais e militares. Reitera-se, destarte, uma prática de violação de direitos, qual seja, a violência policial.

Os relatórios demonstram que em 2016 aconteceram mais de 60 assassinatos no meio rural e em 2017 ficou marcado pelas mortes de indígenas ocorridas no norte do País. Quanto aos impactos desproporcionais que a violência produz em pessoas afrodescendentes, como mencionado acima, a cada 100 mortos em 2016, um total de 71 pessoas, são afrodescendentes. Da mesma forma, 76% das pessoas que perdem a vida em intervenções policiais são afrodescendentes. Conforme relatório da CIDH os jovens afrodescendentes do gênero masculino têm 2,5 vezes mais probabilidades de morrer como resultado da violência do que os jovens não afrodescendentes.

Registra-se que o Brasil já foi condenado por graves violações dos direitos humanos, destacando-se a Chacina da Candelária, o Massacre do Carandiru e a morte de diversos líderes pela defesa do direitos a terra, a vida e ao bem-estar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprir destacar que o pano de fundo deste debate sobre os direitos humanos está na política neoliberal que tem contribuído para reduzir os investimentos com gastos públicos o que tem implicado em retrocessos em termos da quantidade e da qualidade dos serviços públicos. Tais medidas vem gerando manifestações em prol da luta de direitos, que estão sendo reprimidas duramente. Neste contexto, urge ficarmos atentos na relação entre a dinâmica societal global e os eventos reais dos direitos humanos.

Em síntese o nosso desafio é empreender políticas públicas de enfrentamento e prevenção a

- a violência urbana e rural;
- a falta de segurança dos direitos humanos;
- a violência contra ocupantes de terras rurais improdutivas;
- a situação de servidão forçada dos trabalhadores rurais;
- a existência de grupos de extermínio;
- a violência policial e sua impunidade e tortura como método de investigação;
- a violência contra mulheres, meninas e adolescentes;
- a discriminação racial;
- a situação da população indígena;
- os problemas das crianças em situação de rua;

- a precária situação do sistema penitenciário.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **A historicidade dos direitos humanos**. Ética e Direitos Humanos: Ensaios Críticos. 2 edição revisada. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, 2010.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, SDH/PR, 2010.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Observações preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil em 2018**. In <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>. Acesso em 04/06/2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. In <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaracao%20-%20Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em 02/05/2017.

Brasil. Informe nacional presentado con arreglo al párrafo 5 del anexo de la resolución 16/21 del Consejo de Derechos Humanos. In <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/116/21/PDF/G1211621.pdf?OpenElement> Acesso em 10/07/2018

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. Cortez Editora, São Paulo. 2014.

TOSI, Giuseppe...[et al.], (Organizadores) *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. .- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020